

A transcendência da representação na geografia mais-que-humana

The transcendence of representation in more-than-human geography

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Salinas, MG, Brasil

leoluizbh@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7082-529X>

RESUMO

Experimentações advindas da geografia animal, vegetal e elemental são bem conhecidas e vinculadas à primeira metade do século XX. No início da segunda metade do século XX, paulatinamente, movimentos intelectuais passaram a consolidar pressupostos que se opunham aos métodos tradicionais da pesquisa científica, com repercussões notórias para a geografia. Gradativamente foi se formando a base do pensamento mais-que-humano, à medida que o rótulo em questão se associa predominantemente às abordagens relacionais apoiadas no pós-estruturalismo, teoria ator-rede (TAR) e, mais recentemente, nas teorias não-representacionais (TNR). Essa mudança de abordagem significou um deslocamento de conceitos estanques, de categorias coletivas, para a abordagem do afeto identitário. Assim, as pesquisas mais-que-humanas têm se apoiado nas noções de afeto e *assemblages* como instrumentos de leitura das relações heterogêneas multiespécies e elementais. A transcendência da representação traz como significado a abertura de um amplo horizonte epistemológico para a geografia, bem como se apresenta como um convite à interdisciplinaridade envolvendo áreas das humanidades e outras áreas de diferentes domínios. O artigo em questão centra-se em apresentar como a transcendência da representação se torna muito importante nas abordagens relacionais: as representações são compreendidas como elementos que interferem, mas não definem, o afeto e a agência multiespécie emaranhada em redes. Em outra via, as representações também são o produto das relações afetivas.

Palavras-chave: Geografia mais-que-humana; Afeto; Representações.

ABSTRACT

Experiments arising from animal, plant and elemental geography are well known and linked to the first half of the 20th century. In the beginning of the second half of the 20th century, intellectual movements gradually began to consolidate assumptions that were opposed to the traditional methods of scientific research, with notorious repercussions for geography. Gradually, the basis of more-than-human thinking was formed, as the label in question is predominantly associated with relational approaches supported by post-structuralism, Actor-Network Theory (ANT) and, more recently, Non-Representational Theories (NRTs). This change in approach meant a displacement of taken-for-granted concepts, of collective categories, towards the approach of identity affection. Thus, more-than-human research has been based on the notions of affection and assemblages as instruments for reading heterogeneous multispecies and elemental relationships. The transcendence of representation means opening a broad epistemological horizon for geography, as well as presenting itself as an invitation to interdisciplinary dialogue involving different areas of the humanities and beyond. The article in question focuses on presenting how the transcendence of representation becomes very important in relational approaches: representations are understood as elements that interfere, but do not define, affection and multispecies agency entangled in networks. In another way, representations are also the product of affective relationships.

Keywords: More-than-human geography; Affect; Representations.

1. INTRODUÇÃO

Na realidade, seres humanos não vivem do outro lado de uma fronteira entre a sociedade e a natureza, mas no mesmo mundo que é habitado por criaturas de todos os tipos, humanos e não-humanos.

Tim Ingold (2005)

A frase de Tim Ingold sintetiza a essência do pensamento mais-que-humano. Tal abordagem já se encontra em um estágio mais amadurecido nas geografias anglófonas, enquanto que no Brasil os empreendimentos ainda se apresentam, em sua maioria, como experimentações por parte dos pesquisadores. De fato, a abordagem mais-que-humana propõe uma série de rompimentos importantes frente a uma pletera de tradições – que possuem representatividade nos estudos geográficos – se posicionando em um tipo de discurso inadequado às lentes positivistas, mas que tem se revelado útil à seara ambiental preservacionista. Como apontou Jenny R. Isaacs (2020), as geografias mais-que-humanas têm potencial de se constituir como uma ferramenta útil no interior do pensamento da justiça ambiental ao documentar os relacionamentos afetivos e emaranhados entre humanos e não-humanos. Quando falamos dessas relações, é necessário dar o devido destaque à dimensão afetiva, algumas vezes nublada no ângulo míope da perspectiva meramente material do espaço geográfico.

O pensamento mais-que-humano tem se apresentado como opositor à divisão entre mente e matéria e, também, à rígida cisão entre sociedade e natureza. Encontra respaldo teórico em teses que se proliferaram após a virada cultural. Tim Ingold (1983) destaca que a crítica a tais divisões tem provocado reverberações profundas de cunho metodológico: o rigoroso tratamento dicotômico entre mente e matéria – e o mesmo pode ser dito entre sociedade e natureza – coincide com a suposição de que a realidade é coincidente com o domínio arbitrário de fenômenos que poderiam ser manipulados, sem embargo, pelos métodos das ciências naturais. Detidamente, no campo da geografia, Massey (1999) salienta que o debate mais-que-humano contempla a superação da autoridade discursiva da geografia física frente à geografia humana.

Partindo do pressuposto de que todas as criaturas – sejam humanas ou não-humanas – são passageiros no mesmo mundo em que todos vivem, é de se supor que tais criaturas criem condições para a existência mútua (Ingold, 2005). Ipso facto, a história humana não se dissociaria da história dos não-humanos. Assim, os efeitos da globalização e de outros fenômenos que se manifestam espacialmente e ao longo do tempo precisam ser compreendidos no âmbito sistêmico multiespécie (Lorimer, 2010). Não existem diversos tipos de história: as longevas tartarugas, as formigas de existência breve e árvores centenárias vivem a mesma história, composta pela interação de diversos agentes humanos e não-humanos em suas relações mútuas. É importante destacar que existe a consideração acerca da participação de geografias elementais (Gibbs, 2009; Hayward, 2012; Krause; Strang, 2016; Riesto et.al., 2021; Zara, 2021) no contexto não-humano. Nota-se que a dimensão elemental comumente se associa às explorações mais ligadas ao rótulo das teorias não-representacionais (TNR). Tal corrente é um grande conceito guarda-chuva que abrange certamente as geografias mais-que-humanas, à medida que as chamadas metodologias não-representacionais têm servido às empreitadas que transcendem a dimensão humana.

A crença na existência de uma história única e relacional multiespécies é o ponto que inspira o artigo e sublinha o seu objetivo: apesar de já se falar de geografias animais – braço da abordagem mais-que-humana – desde meados do século passado, é relativamente recente a utilização de metodologias e estruturas discursivas não-representacionais. Objetivamos neste artigo, de cunho epistemológico, apresentar de que forma os métodos não-representacionais tem impactado nas pesquisas mais-que-humanas, apontando características e obstáculos da pesquisa. Para tanto, será discutido um breve contorno da abordagem mais-que-humana na geografia e apresentaremos uma reflexão sobre as representações e sua transcendência. Em um ponto posterior do texto, destacaremos trabalhos mais-que-humanos alinhados à dimensão não-representacional, trecho no

qual serão apontadas preocupações de cunho metodológico. Por fim, teceremos as considerações finais.

2. A ABORDAGEM MAIS-QUE-HUMANA NA GEOGRAFIA

A abordagem mais-que-humana é interdisciplinar. Existem desenvolvimentos sociológicos, antropológicos e filosóficos mais-que-humanos relevantes, ainda que se saiba que a antropologia e a sociologia evoluíram, enquanto ciências, em contextos marcadamente pautados pelo paradigma antropocêntrico (Coltro, 2013). Na geografia, particularmente, nota-se que a perspectiva mais-que-humana foi zoocentrada durante parte relevante do século XX, sendo negligenciada a abordagem sobre as plantas, que eram abordadas de forma inventariada (Phillips; Atchison, 2018). É de se destacar, para além desse enfoque animal, o fato de que as metodologias empregadas visavam determinar a distribuição espacial dos animais, sem ter como alvo suas interações com os homens¹. Nesse contexto, falava-se em zoogeografia ou em geografia cultural animal (Emel; Wibert; Wolch, 2002; Forsyth, 2013). Nos anos 1970 a geografia animal praticamente desapareceu. Após um hiato de quase 20 anos, ressurgiu nos anos 1990 em um contexto no qual a virada cultural já se apresentava amadurecida no meio acadêmico. Isso significa dizer que as epistemologias dos anos 1990 davam respostas poderosas e rompiam com as tradições que aprisionavam o conceito de cultura em um arcabouço teórico rígido² (Forsyth, 2013) que muitas vezes divorciava inadequadamente a dimensão social da cultural (Ingold, 1983), dentre outros impropérios.

Pari Passu às mudanças epistemológicas e com igual importância para a compreensão das formatações atuais das geografias mais-que-humanas apresenta-se a ascensão de valores ambientais. Trabalhos de teor apocalíptico como a tese de Gaia de James Lovelock (2006, 2010) foram combinados com a grande repercussão de abordagens em maior escala geográfica, como o de Mike Davis (2001) sobre o quadro ambiental da Califórnia. De certo, a crise hídrica e suas motivações na política (Villiers, 2002) além das repercussões dramáticas das mudanças ambientais para o âmbito das relações internacionais (Homer-Dixon, 1991, 1994; Giddens, 2010) consolidaram a visão de que a consideração das relações entre humanos e não-humanos são necessárias para a compreensão dos fenômenos espaciais (Tsing, 2021).

De forma inevitável, a biogeografia está em sintonia com as circunstâncias e ansiedades do mundo de hoje, guiada por um sentimento generalizado acerca da existência de uma extensa e irreversível socialização do mundo biofísico (Spencer; Whatmore, 2001). Tal argumentação se consagra no nosso cotidiano: o cidadão do século XXI é bombardeado diariamente pelos alertas ambientais e pelo afeto multiespécie. Obras bem disseminadas trataram das formas como o entrelace entre a dimensão humana e não-humana pautam a história, como o clássico de Alfred W. Crosby (2011) que defende a tese de que a empreitada colonial somente adquiriu seu padrão de sucesso por meio do imperialismo ecológico; ou ainda, Stefan Cunha Ujvari (2012) que faz um apanhado histórico acerca das relações entre os homens e os patógenos. De fato, os impactos das mudanças ambientais no âmbito multiespécies são muito bem conhecidos e alardeados desde a educação escolar em tenra idade. É curioso pensar que a abordagem filosófica de Heidegger, na primeira metade do século XX, já havia apresentado a concepção da existência ser ligada ao meio, em argumentação que encontra síntese poderosa no conceito de *dasein*, comumente traduzido como “ser-aí” ou “ser-aí-no-mundo”. A concepção do *dasein* inspira a pensar nas relações e no afeto do ser e o mundo.

¹ Alguns autores que transitavam pela geografia animal em meados do século passado, como Bennett Jr. (1960), focavam em como o ser humano atuava no sentido de programar espacialmente a posição geográfica dos animais. No máximo, o que se via em um sentido diferente era o entendimento das reações dos animais sobre as estruturas humanas. Não se pensava, naquele momento, em um afeto dialético multiespécies.

² Ver Duncan (1980), Mitchell (1995), Silva e Costa (2018, 2020a) e Silva (2020b, 2021).

Exemplos mais detidos de investigação podem ser dados. Anna Lowenhaupt Tsing (2021) destacou que os navios negreiros faziam a travessia transatlântica trazendo mais do que simplesmente corpos humanos. Para além dos humanos que ocupavam aqueles navios, é necessário considerar todas as criaturas que com eles conviviam. Além disso, um companheiro de viagem se destacou nas travessias oceânicas: o mosquito *Aedes aegyptii*, que formou uma população nova e particularmente mortal nessas viagens. No Velho Mundo, havia várias populações distintas de *Aedes aegyptii*, que antes do comércio no Atlântico não eram encontradas nas Américas. Uma população, no Mediterrâneo e no Norte da África, aprendeu a viver em estreita colaboração com os seres humanos, se recriando em recipientes cheios de água e vivendo em casas (Tsing, 2021). O mosquito em questão, contemporaneamente, é extremamente responsivo aos hábitos humanos, tornando as reflexões sobre sua espacialização e combate um potencial alvo das geografias mais-que-humanas.

Merle Patchett (2008) também explorou um elemento ligado ao processo de colonização, mas diretamente associado às formas simbólicas: a taxidermia de animais endêmicos de áreas coloniais britânicas. A exposição de cabeças de animais em quadros de parede era uma prática comum no espaço-tempo vitoriano-edwardiano. Os animais sacrificados são apresentados como troféus de caça, de modo a anunciar a expertise do seu portador. Mais que isso, além de expressar relações de poder envolvendo humanos e não-humanos, atestam a suposta superioridade de um humano sobre o outro, pois anuncia em bom tom que o poder imperial britânico penetra nas dimensões mais diversas do mundo colonial, sendo capaz, inclusive, de subjugar a fauna de territórios do além-mar.

Em outra abordagem, Chiapetti (2014) analisa os efeitos da decadência do cacau na região de Ilhéus-BA e Itabuna-BA que dramaticamente alterou o modo de vida regional. Além das políticas nacionais que desfavoreceram o desenvolvimento do cultivo, foi notável o aprofundamento da crise cacaueteira pelo alastramento do fungo *Moniliophthora perniciosa* (vassoura-de-bruxa) ocorrido a partir do início da década de 1990. O afeto multiespécie indica correlações com o desemprego e aumento da pobreza. Já Jamie Lorimer (2010) analisou como o adensamento populacional no Sri Lanka torna-se um desafio para a prosperidade dos elefantes asiáticos.

Assim, as geografias-mais-que-humanas substanciam as reflexões ambientais de modo a pensar que a própria organização da vida humana tal como ela se dá é um reflexo das complexas e multidiversas interações entre homens, as outras formas de vida e mesmo elementos abióticos que compõem o quadro físico. Nas últimas décadas, a ascensão do pensamento ambiental e dos direitos dos animais fizeram que a rígida divisão homem-animal se tornasse mais permeável, disseminando valores morais ligados aos direitos dos elementos não-humanos e sua ampla relação com os homens. Cria-se a consciência de que sem os animais, o ser humano não teria prosperado enquanto espécie³ (Wolch, 2007). O mesmo pode ser dito acerca do reino vegetal. Como asseverou Crosby (2011), a introdução de espécies vegetais em ambientes distantes foi fundamental para a colonização⁴. Nas relações multiespécies há de se considerar o afeto até mesmo nas plantas⁵, com respostas físicas dos vegetais aos predadores e até mesmo a sons produzidos no ambiente

³ A adoção de uma visão mecanicista não-humana não parece adequada. A apreciação do domínio social distinto da experiência animal permitiu a biologia da evolução a ser escrita até agora como se este domínio não existisse. Nesta concepção, os não-humanos figuram no mundo dos homens apenas como construções animadas (Ingold, 2005). Ingold (1983) afirma que devemos explicar a continuidade do processo evolutivo sem localizá-lo em um nível puramente físico, mas mostrando como as pressões que condicionam a adaptação das formas orgânicas e culturais são geradas por uma interação subjacente e recíproca entre sistemas localizados em domínios existenciais sociais e físicos bastante separados entre si.

⁴ A perda da diversidade vegetal por meio da propagação de monoculturas é uma força contrária a história de desenvolvimento natural dos vegetais em áreas prístinas. Assim, a manipulação dos vegetais feita pelo homem também possui uma dimensão moral que se associa com a possibilidade de desequilíbrio ambiental e extinção de espécies (Marder, 2015).

⁵ A espécie vegetal *Mimosa pudica* (não-me-toques) se fecha abruptamente quando tocada (Marder, 2015).

(Gagliano, 2017), reforçando a visão de uma proliferação sistêmica da vida. São essas questões que alimentam uma dimensão moral no debate mais-que-humano⁶.

É de se perguntar se existe um consenso sobre as relações humanas e não-humanas e se causas e consequências são compreendidas de forma unânime. O aquecimento global, tão discutido, encontra os seus opositores, ainda que estes não integrem o *mainstream* científico. Os impactos divulgados nos meios científicos, ainda que controversos, podem interferir na agência de pessoas e instituições. Existe, para muitas temáticas, batalhas discursivas em terrenos científicos, com a confrontação de métodos e apresentação de diversificadas evidências, que podem ser vistas como confiáveis ou não. David E. Sugden (1996) levantou polêmica em seu trabalho sobre as calotas polares. O autor defendeu uma linha de raciocínio ligada ao fato do derretimento do gelo não ser tão expressivo como é costumeiramente alegado e que não pode ser associado ao aumento da temperatura até então medida. Defendeu a posição que em períodos mais quentes do que o atual, como no Plioceno, a calota não derreteu na proporção que hoje se prevê.

Os incêndios que ocorrem periodicamente na Austrália também possuem interpretações diferentes. Existem aqueles que acreditam que o fogo é natural e portador de uma essência benigna, justamente por ser capaz de transformar a Austrália naquilo que paisagisticamente ela é hoje (Howitt, 2014). O risco deste discurso é o de nublar as necessidades de espécies sensíveis ao fogo, naturalizando todos os incêndios e negligenciando uma infinidade de fatores que os tornam longe de serem ocorrências naturais e benignas (Rickards, 2016). Nota-se, também, que relações entre humanos e não-humanos certas fantasias também podem se instalar afetando ambas as espécies. No Quirguistão, desenvolveu-se o entendimento de que cavalos portadores de uma alardeada tradição genética construíram um imaginário acerca da existência de equinos locais portadores de atributos especiais. Todavia, dada a importância e a tradição dos cavalos do país, a ideia acerca de um cavalo quirguiz típico acaba na prática incorporando raças e características genéticas diversas, em um claro exemplo de tensionamento entre a dimensão genética e cultural (Cassidy, 2009).

Historicamente, diferentes entendimentos acerca da relação entre homem e natureza se apresentaram, mais do que como meros tensionamentos filosóficos, como posições políticas. A doutrina inglesa *terra nullius* defendia que a Austrália era uma terra sem dono apta para ser apropriada e colonizada. Tal doutrina entrava em choque com a concepção cosmológica aborígine, que diferentemente de julgar que as terras eram propriedades de pessoas ou impérios, optava por confiar que as pessoas pertenciam às terras que habitavam (Law, 2015). Abundam os registros históricos que traziam visões românticas acerca da existência de terras prístinas além-mar, que transcendem a mera formulação da doutrina da *terra nullius*, construindo um imaginário de éden intocado, estimulando a empreitada da exploração em terras de natureza exuberante e recursos abundantes (Lowenthal, 1968; Allen, 1971; Bowden, 1992; Denevan, 1992; Nassauer, 1995; Castree; Head, 2008). São visões que claramente se apoiam na separação entre homem e natureza.

Apresenta-se também como partícipe da separação homem e natureza a tradição do determinismo ambiental, que coloca o homem na posição de uma espécie subjulgada pelo meio natural (Jakle, 1971; Hart, 1982; Kersten, 1982; Kay, 1986; Norton, 1987; Johnston, 2017). Trabalhos da primeira metade do século XX como o de James Wreford Watson (1939) apresentam-se como uma espécie de transição do determinismo ambiental para a consideração da agência humana. Após fazer considerações sobre a força da natureza na composição da paisagem, incluindo análises climáticas e pedológicas, Watson conclui que obstáculos naturais interferem na forma do homem lidar com a paisagem, mas que essa interação sociedade-natureza conduz, a despeito das dificuldades mais notórias oferecidas pelos ambientes prístinos, ao triunfo do homem, descrito no título de seu artigo como “o fator decisivo⁷”.

⁶ Em um debate moral, Ingold (1983) questiona se de fato só o homem trabalha. No argumento do autor, os grandes animais domesticados participam de uma vida social coletiva que afeta o comportamento do mundo físico, construindo formas de trabalho que não existiriam caso o entrelace humano e não-humano não existisse.

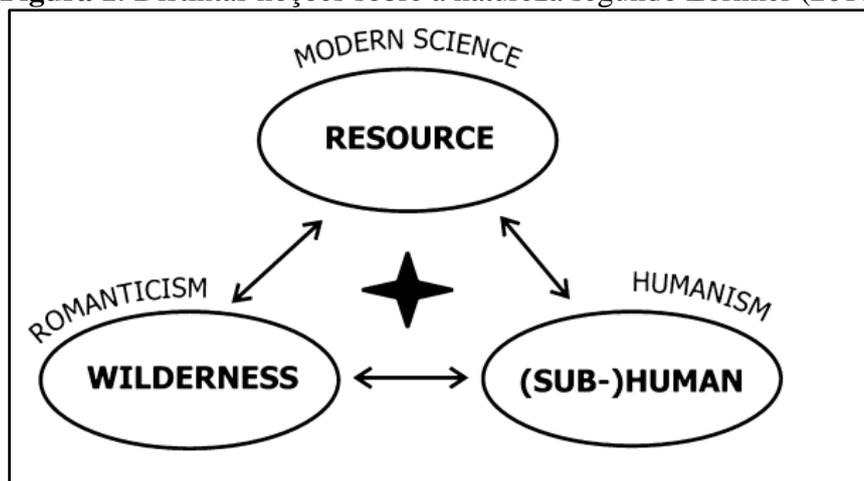
⁷ O artigo de James Wreford Watson (1939) apresenta o seguinte título: *Forest or bog: Man the deciding factor*.

Todavia, a concepção mais-que-humana vê que mesmo os espaços urbanos, vistos como formas mais intensas e aglutinadas da presença do homem, precisam ser vistos como ambientes de interação multiespécies. Não é só uma questão de compreender a dinâmica e arranjos internos dos elementos não-humanos e seu entrelace com os humanos, mas de conceber que a existência urbana se deve muito às áreas externas, incluindo as adjacências urbanas, que muito contribuem para o funcionamento da própria urbe, tanto do ponto de vista do fornecimento de matérias primas e produtos industrializados quanto da circulação humana (Braun, 2005). Parcela importante e crescente da população mundial habita as cidades e se faz necessário para o bem-estar humano compreender o ambiente urbano como mais-que-humano (Phillips; Atchison, 2018).

Em sua predominância hodierna, a abordagem da geografia mais-que-humanas propaga na dimensão epistemológica rompimentos que são muito relevantes. Como dito no trecho introdutório, as dicotomias mente e matéria bem como sociedade e natureza são desafiadas em seus pressupostos. O rótulo mais-que-humano já pressupõe uma epistemologia crítica às dicotomias que permeavam tradições geográficas. Outros rótulos como as geografias animais, vegetais ou elementais, apesar de apresentarem mudanças metodológicas recentes e relevantes, podem ser dotados de abordagens que incluem trabalhos que preservam as dimensões humana e não-humana apartadas, o que era comum em obras publicadas em meados do último século⁸. Certamente a geografia mais-que-humana tem substanciado e inspirado esses rótulos à adoção de inovações metodológicas e, até mesmo, suprimindo a sua nomenclatura em detrimento do rótulo mais-que-humano.

É importante notar que o desafio mais-que-humano atinge a alma da geografia, por desconstruir a divisão entre a geografia humana e física que perdura desde a institucionalização da disciplina (Isaacs, 2020). Tão relevante quanto ter isso em mente é reconhecer que as abordagens que apartam homem e natureza não são necessariamente homogêneas. Lorimer (2010) produziu um didático esquema (**Figura 1**) sobre as múltiplas interpretações que recaem sobre aquilo que se considera como “o meio natural”. Nas abordagens românticas, prevalece o senso de natureza selvagem, intocada, prístina; no humanismo são ressaltadas costumeiramente as reflexões humanas ao ponto das demais dimensões serem vistas como cenário; e, na ciência moderna, a natureza é vista como um recurso a ser espoliado para atender a sanha humana em busca de prazer, conforto e reconhecimento entre os seus pares.

Figura 1: Distintas noções sobre a natureza segundo Lorimer (2010)



Fonte: Elaborado por Lorimer (2010)

Nas abordagens mais-que-humanas estas concepções naufragam diante da visão integrada do homem e natureza. Tem se tornado bastante dominante a utilização de métodos e concepções

⁸ A abordagem de Carl. O. Sauer (1950) é uma síntese importante do *zeitgeist* epistêmico.

que transcendem as representações. O próximo tópico explorará as representações e sua transcendência, evidenciando a proximidade da geografia mais-que-humana com aquilo que tem sido chamado nas geografias anglófonas de TNR (NRTs).

3. REPRESENTAÇÃO E TRANSCENDÊNCIA

Representações são tentativas de tornar presente algo ausente (Ankersmit, 2000). Narrativas, pinturas, esculturas e tentativas de aludir a um determinado espaço-tempo são representações, que auxiliam os indivíduos a se comunicarem e se localizarem espacialmente (Aitken; Zonn, 1999). Incluem-se no rol das representações categorias que buscam rotular certos agrupamentos de pessoas com características ou comportamentos específicos e que o pós-estruturalismo e o social construtivismo elegeram como alvos preferenciais de sua crítica teórica⁹. Ainda que se coloquem as representações como estratégias discursivas criadas pelo eu-enunciador, devemos concluir que não são somente distorções da realidade intangível, mas componentes concretos da constituição do mundo (Matless, 1992). Mesmo considerando que a representação pode ser decodificada e interpretada de várias formas por diferentes grupos sociais (Hasson, 1996), é de se considerar que, como toda forma de linguagem, representações possuem potencial afetivo. *Ipsa facto*, mente e matéria se entrelaçam e fazem com que seja possível que crenças coletivas como a nação (Anderson, 2008) deixem marcas em corações, mentes e no estrato tangível da materialidade mundana. Todavia, não é possível dizer que as representações dimensionem a realidade utópica e intangível (Bailly, 1990).

Vivemos em sociedade e isto significa dizer que estamos diante de uma batalha de representações¹⁰, algumas das quais antagônicas entre si. Representações podem possuir a força militante a favor de certas causas ou ideologias (Silva, 2020c). É interessante pensar que, mesmo com conteúdos antagônicos, as representações são sempre complementares no âmbito de nossa experiência. Ajudam, inclusive, a construir as nossas incoerências identitárias. Essa colagem de elementos incoerentes é ajudada pelo fato de nossa identidade ser composta por uma quimera de lugares (Silva; Costa, 2022a) e o próprio espaço se configurar como um grande pastiche material e imaterial (Silva; Costa; Silva, 2022) no qual presença e ausência se confundem.

Esses entendimentos que se proliferaram após a virada cultural conduziram pesquisadores a falarem em uma crise de representações (Duncan; Sharp, 1993) em um contexto de crescente descrença quanto à capacidade da linguagem em refletir adequadamente a realidade (Curry, 1991). São questões que atingiram o âmago não só da geografia como de todas as humanidades, se configurando como uma verdadeira revolução na atividade historiográfica¹¹. Na perspectiva da história, os metadiscursos passaram a ser criticados sob as escusas de que a narrativa “é um tipo de unidade que torna a inclusão de alguns eventos necessária e de outros irrelevantes” (Mink, 1972, p.736). Para Hayden White (1984), a narrativa é uma maneira de falar e, também, um produto confeccionado pela adoção de um modo de discurso. Rechaçando a dicotomia entre a presença do “verdadeiro” e “falso” nas narrativas, Hayden White (1988) argumenta que a noção sobre um evento é tão ambígua ao ponto de não fazer sentido falar em um evento *per se*, mas somente em eventos sob uma descrição.

Incertezas, flutuações do significado e múltiplos olhares e intencionalidades inspiraram a transcendência da representação, que encontrou respaldo nas chamadas TNR. Este foi o rótulo

⁹ As discussões sobre a arbitrariedade da região não são novas (Hartshorne, 1978; Heatwole, 1978; Bale, 1983; Silva; Costa, 2020b), assim como ocorre com conceitos como comunidade (Waterton; Smith, 2010), cultura (Mitchell, 1995; Silva; Costa, 2018), raça (Gilroy, 1998), classes (Thompson, 1987; Silva; Costa, 2020b), nação (Anderson, 2008), *inter alia*.

¹⁰ Ver Silva (2022).

¹¹ O nome de Hayden White, neste particular, se associa fortemente com a virada linguística e a problematização das narrativas na história, tornando-se o “objeto predileto da ira de muitos historiadores” (Ankersmit, 1988, p.185).

atribuído pelo geógrafo Nigel Thrift e que se apresenta como um grande conceito guarda-chuva que abriga a ideia de que as representações são incapazes de dar contornos à realidade tangível. É importante notar que apesar do rótulo TNR ter sido disseminado nos anos 1990 (Simpson, 2017), suas bases teóricas são anteriores (Cadman, 2009; Silva; Costa, 2022c). Thrift (2000) negou o status de corrente atribuído às TNR, esclarecendo que as mesmas precisam ser vistas como um estilo de abordagem “não-representacionalista”. As TNR possuem um vocabulário próprio que inclui palavras como *assemblages*¹², *afetos*¹³, *affordances*¹⁴ e *performances*¹⁵ que acabam por exigir aos que se aventuram com seus pressupostos uma imersão prévia, fazendo com que muitos artigos relacionados ao estilo “não-representacionalista” não sejam tão disseminados como o seu potencial sugere. Jörn Seeman criticou esse aspecto do empreendimento das TNR ao argumentar que “a fundamentação teórica e filosófica é muito pesada” o que permite “o acesso a poucas pessoas iniciadas, quase como um culto ou uma casta” (Seemann, 2015, p.43).

A despeito destas críticas, evidencia-se um elemento muito importante nas TNR: o nome atribuído ao rótulo sugere uma negação da representação, o que pode levar leitores iniciantes a terem outra compreensão acerca dos seus paradigmas (Paiva, 2017). Contudo, o que se observa na prática é a transcendência da representação, como destacou Lorimer (2005) ao sugerir o termo mais-que-representacional em substituição às TNR. O incômodo com o termo não-representacional possui relevância, sendo externado por uma série de outros autores (Seemann, 2015; Waterton, 2019). Temos concordância com estes incomodados. A base para a reflexão mais-que-representacional é constituída na percepção de que as representações são leituras da realidade e constituem o estrato tangível do mundo. Afinal, elaborações mentais afetam indivíduos que agem no mundo guiado pelo afeto. É importante precisar que estímulos iguais ou semelhantes podem afetar de forma muito variada os indivíduos.

Essas elaborações mais-que-representacionais atacam o âmago de generalizações que recaem sobre um grande número de pessoas ou sobre fenômenos que podem ser interpretados de forma muito distinta. Os pressupostos mais-que-representacionais têm incorporado uma série de trabalhos mais-que-humanos. O próximo tópico se preocupará em apresentar algumas características da transcendência da representação nos trabalhos mais-que-humanos.

4. GEOGRAFIA MAIS-QUE-HUMANA E A TRANSCENDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO

Um dos pressupostos centrais da abordagem mais-que-representacional é o de que as pessoas, objetos e animais estão envoltos em dinâmicas redes heterogêneas que a literatura chama

¹² Este conceito será devidamente explorado no tópico seguinte.

¹³ O significado de afeto, assim como o de emoções, é elusivo (Pile, 2010, p.8). Não há uma definição simples da palavra em questão na geografia ou em outras disciplinas, assim como ocorre com termos como emoções ou sentimentos (Anderson, 2017). Em uma compreensão comum do afeto, bastante disseminada em trabalhos das TNR, o conceito é entendido como um conjunto de variáveis que compõe a experiência cotidiana dos indivíduos e que se materializam por meio de práticas corporificadas [*embodied practices*], que passam, por sua vez, a serem manifestações do afeto que atingem outros corpos. Steven Pile destaca que o afeto exhibe uma via de mão dupla, pois “demonstra a capacidade transpessoal que um corpo tem de ser afetado e de afetar (como resultado daquilo que vivencia)” (Pile, 2010, p.8), argumento endossado por Ben Anderson (2016). Assim, o afeto não é simplesmente pessoal ou interpessoal: é transpessoal, à medida que se desenha no relacionamento de muitos corpos. Partindo dessas considerações, é plausível considerar que o afeto se expressa ao mesmo tempo com e entre os corpos.

¹⁴ *Affordances* designa “a qualidade de um objeto que convida e permite que se faça algo com ele” (Ingold, 2012, p.28). Parte-se da crença de que as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam e, então, “os objetos “agem de volta” e fazem com que elas façam ou permitem que elas alcancem aquilo que de outro modo não conseguiriam” (Ingold, 2012, p.33).

¹⁵ Nossa *performance* é vista como as ações guiadas fortemente pelo afeto gerado pelas redes de relação aos quais estamos inseridos. Essas ações produzem as denominadas práticas corporificadas [*embodied practices*] (Macpherson, 2010).

de *assemblages* (Anderson *et al.*, 2012; Müller; Schurr, 2016). Essas redes são compostas por atores humanos e não-humanos que se afetam constantemente por meio de suas relações cotidianas. Essa é a razão primordial para que a geografia mais-que-humana seja muitas vezes associada às TNR (ou teorias/geografias mais-que-representacionais). A busca pela compreensão dos atores entrelaçados em rede certamente inspirou Nigel Thrift (2008) a chamar a abordagem de “geografia do que acontece”. A estratégia metodológica de Bruno Latour (1993) no âmbito da teoria ator-rede (TAR) tem sido bastante utilizada nos trabalhos que transcendem a representação: Latour indica que é importante “seguir os atores”, desvendando o seu cotidiano e suas relações com atores envolvidos em rede¹⁶.

Essa abordagem mais-que-representacional desloca a reificação de categorias coletivas em direção à interpretação identitária: o foco que tem sido dado à pesquisa é no comportamento de indivíduos que estão inseridos em redes de relacionamento. Nesta perspectiva, o espaço absoluto perde importância frente ao espaço relativo¹⁷, de tal maneira que a escala geográfica é distorcida intersubjetivamente. *Ipsa facto*, o apelo pós-fenomenológico da abordagem não-representacional se faz sentir: a abordagem pós-fenomenológica considera que o espaço não pode ser entendido de forma reificada, como um todo coerente (Ash, 2020). Assim, a transcendência da representação é necessária, pois a representação não pode ser um fim em si mesmo: é mais um mecanismo provedor do afeto em rede, dentre inúmeros outros.

As abordagens mais-que-humanas que utilizam os pressupostos mais-que-representacionais tem se mostrado bastante variadas. Hitchings (2003) buscou compreender as relações entre pessoas e plantas de jardim e chamou as interações entre os atores investigados de “*chains of enrolment in the Garden*” (Hitchings, 2003, p.109). Pitt (2015) também se debruçou acerca das relações entre pessoas e plantas, se preocupando com as diferentes temporalidades que impactam nos humanos e nos vegetais. Panelli (2010) analisou o impacto do eucalipto na sociedade australiana, considerando que a espécie é crucial para a compreensão das mudanças paisagísticas e da estrutura social do país. Em retorno, a importância dada ao eucalipto pelo homem também impacta dramaticamente em sua manipulação.

No âmbito mais-que-humano centrado nas geografias elementais destacamos o trabalho de Adams-Hutcheson (2019) que buscou compreender as relações entre fazendeiros e o comportamento climático. Sasha Engelmann (2015) abordou de que forma o ar pode intermediar as relações entre elementos humanos e não-humanos. Riesto *et.al* (2021) centrou-se no impacto da sazonalidade de furacões e tempestades nos planos arquitetônicos. Em um interessante trabalho, ainda na seara elemental, Cristina Zara (2021) comparou as relações das pessoas com as águas em contextos espaciais bem distintos: Veneza e Varanasi. As relações entre os humanos e a água é um tema bem explorado nas geografias elementais mais-que-humanas, como se vê nas elaborações de Krause e Strang (2016) e Leah M. Gibbs (2009).

Na dimensão da geografia animal, são muito conhecidos os trabalhos de Lorimer (2010) e Patchett (2008) já abordados neste artigo e que revelam interações mais-que-humanas muito relevantes. Os dois trabalhos lidam com a perspectiva mais-que-representacional. Nos últimos anos, uma pletera de trabalhos tem surgido e inspirado os geógrafos a se aventurarem pelos pressupostos mais-que-humanos. Contudo, algumas vozes reticentes tem se posicionado céticos quanto à empreitada mais-que-humana que se baseia em métodos mais-que-representacionais. Para Isla Forsyth (2013), os métodos utilizados para compreender a extensão e relações no interior das

¹⁶ Hitchings (2012) argumenta que durante a pesquisa é importante deixar as pessoas falarem sobre as suas práticas. Por isso mesmo, o cuidado do investigador com a interação frente ao entrevistado deve ser extremo: é necessário que sejam criadas condições confortáveis para que a entrevista revele o cotidiano.

¹⁷ O uso da palavra topologia é recorrente no debate sobre espaço e tempo relativos. O pensamento topológico carrega a promessa de uma teoria espacial pós-euclidiana e pós-cartesiana, ou seja, uma forma de pensar as relações, o espaço e o movimento além das grandezas métricas, mapeamentos e cálculos (Jones, 2009; Allen, 2011; Paasi, 2011; Martin; Secor, 2014).

assemblages são falhos. A crítica é comum às abordagens que inspiram o não-representacional/mais-que-representacional, já que recaem também sobre a teoria ator-rede (TAR). O âmago da crítica é direcionado ao fato de que tais empreendimentos baseados na dimensão relacional produzem um mundo em que tudo é relacionado a todos, sem que exista uma ferramenta para diferenciar o grau de importância das relações. Uma das sugestões que se consolida nesse imbróglcio é justamente elencar quais relações entre atores são prioritárias [*first-order approximations*] (Ruming, 2009). É interessante pensar que esta ação sugerida por Ruming (2009) entraria no campo dos dilemas associados à arbitrariedade do pesquisador, bem representados pelas críticas quanto à arbitrariedade da região (Wilcock, 1954; Hartshorne, 1978; Wishart, 2004) e do período (Barros, 2005; Grataloup, 2006).

Pesquisas que buscam compreender as relações entre atores envolvidos em um sistema – chamado pela TAR e TNR de *assemblages* – costumeiramente entram no terreno da fenomenologia, o que causa estranheza as formas mais tradicionais e positivistas de investigação científica. Almeida (2020) anuncia que a fenomenologia não pressupõe a atribuição de um significado prévio, sem que tenhamos contato com o fenômeno investigado. A fluidez e instabilidade do significado pode também significar arbitrariedade do pesquisador aos olhos de muitos.

A definição da escala de abordagem também se torna um arbítrio. Na pesquisa relacional essa definição pode vir *a posteriori*, seguindo a estratégia de acompanhamento dos atores, tal como indicou Latour (1993). Tsing (2021), avaliando a problemática mais-que-humana do fungo da ferrugem-do-café, avaliou de forma sensata que devemos seguir o fungo onde quer que ele vá, sendo inadequado escolher a escala de antemão.

Por fim, destacamos David Harvey (2012) que pondera que há um sério perigo em restringirmos a análise somente ao relacional e vivido, como se a materialidade e o espaço absoluto fossem desprovidos de importância. Causa algum estranhamento este tipo de reflexão, já que é importante ter em vista a perspectiva de que relações, ideias e materialidade não são inconciliáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como existe uma pluralidade no interior do rótulo da geografia-mais-que-humana, talvez seja justo considerarmos o uso do plural. Assim, é possível incluir abordagens que remontam às primeiras décadas do século passado que se preocuparam com a distribuição dos animais e plantas no espaço geográfico. Tais abordagens não centravam a preocupação na dimensão afetiva e, portanto, não ofereciam colaboração efetiva para a compreensão da interação multiespécie. Após grandes movimentos intelectuais que se desenvolveram na segunda metade do século XX, foram desenvolvidas alternativas que conduziram a reflexão mais-que-humana para o âmbito relacional, fazendo do afeto e das *assemblages* – conceitos ligados carnalmente à TAR e TNR – ferramentas úteis para a pesquisa.

A perspectiva relacional, que tem se tornado dominante na geografia mais-que-humana, se mostra muito útil à militância ambiental. Em um mundo multiespécies integrado, os impactos nos meios físicos e biológicos atingem todas as espécies, inclusive o homem, a partir de distintas formas e gradações. É por isso que falamos da predominância da transcendência das representações na abordagem-mais-que-humana, visto que as categorias coletivas reificadas não atendem à pluralidade identitária e tampouco à instabilidade de significados.

É importante observar, como dito em tópico anterior, que os métodos usualmente utilizados nas abordagens relacionais – que afrontam tradicionais abordagens da investigação científica – não são livres de críticas. Quando se fala no levantamento das relações, há um terreno lamacento quanto à hierarquização dessas relações, fazendo com que as escolhas dos pesquisadores se deparem com os dilemas já bem conhecidos acerca das arbitrariedades das escolhas.

A despeito das críticas de métodos tradicionais, vê-se o uso crescente das metodologias mais-que-humanas que incorporam métodos não-representacionais/mais-que-representacionais.

Ainda incipiente na geografia brasileira, mas bem mais avançada nas geografias anglófonas, a geografia mais-que-humana tem mostrado o seu valor não somente para a seara ambiental, mas também para a compreensão daquilo que Nigel Thrift (2008) chamou de geografia do que acontece.

REFERÊNCIAS

ADAMS-HUTCHESON, G. Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. **Social & Cultural Geography**, v.20, i.7, p.1004-1023, 2019.

AITKEN, S. C.; ZONN, L. E. Re-apresentando o lugar-pastiche. (in): CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Cinema, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

ALLEN, J. L. Geographical Knowledge & American Images of the Louisiana Territory. **Western History Association**, v.2, n.2, p.151-170, 1971.

ALLEN, J. L. Topological twists: Power's shifting geographies. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.283-298, 2011.

ALMEIDA, M. G. Eu, geógrafa pesquisadora, e a Fenomenologia. **Geograficidade**, v.10, número especial, p.38-47, 2020.

ANDERSON, B. *et al.* On assemblages and geography. **Dialogues in Human Geography**, v.2, i.2, p.171-189, 2012.

ANDERSON, B. Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.24, p.733-752, 2016.

ANDERSON, B. Affect. (In): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANKERSMIT, F. R. Historical Representation. **History & Theory**, v.27, n.3, p.205-228, 1988.

ANKERSMIT, F. R. The representation as the representation of experience. **Metaphilosophy**, v.31, i.1-2, 2000.

ASH, J. Post-Phenomenology and space: A geography of comprehension, form and power. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.45, i.1, p.181-193, 2020.

BAILLY, A. S. Paysages et representations. **Mappemonde**, n.3, p.10-13, 1990.

BALE, J. Mapping Vernacular Regions in the Classroom. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.274-276, 1983.

BARROS, J. D. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v.10, n.1, p.95-129, 2005.

BENNETT JR., C. F. Cultural Animal Geography: An Inviting Field of Research. **The Professional Geographer**, v.XII, n.5, p.12-14, 1960.

BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, p.4-12, 2012.

BERQUE, A. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, 2017.

BOWDEN, M. J. The invention of American tradition. **Journal of Historical Geography**, v.18, n.1, p.3-26, 1992.

BRAUN, B. Environmental issues: writing a more-than-human urban geography. **Progress in Human Geography**, v.29, n.5, p.635-650, 2005.

CADMAN, L. Nonrepresentational Theory/Nonrepresentational Geographies. (In): KITCHEN, R.; THRIFT, N. (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography** (1st Edition). Oxford: Elsevier, p.456-463, 2009.

CASSIDY, R. The horse, the Kyrgyz horse and the “Kyrgyz horse”. **Anthropology Today**, v.25, n.1, p.12-15, 2009.

CASTREE, N.; HEAD, L. Culture, nature and landscape in the Australian region. **Geoforum**, v.39, p.1255-1257, 2008.

CHIAPETTI, J. A crise da atividade cacauera no contexto do reordenamento da economia mundial. **Agrotropica**, v.26, n.3, p.157-166, 2014.

CLAVAL, P. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v.20, n.3, p.5-24, 2011.

COLTRO, F. L. Z. Uma reflexão sobre a relação humano-animal na sociedade contemporânea e a ligação com a geografia. **Terra Plural**, v.7, n.2, p.207-222, 2013.

CRESSWELL, T. Landscape and the Obliteration of Practice. (in): ANDERSON, K., *et.al.* (Orgs.). **Handbook of Cultural Geography**. London: Sage Publications Ltd, 2003.

CROSBY, A. W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CURRY, M. Postmodernism, Language, and the Strains of Modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, v.81, n.2, p.210-228, 1991.

DAVIS, M. **Ecologia do Medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DENEVAN, W. M. The Pristine Myth: The landscape of the Americas in 1492. **Annals of Association of American Geographers**, v.82, i.3, p.369-385, 1992.

DUNCAN, J. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n.2, p.181-198, 1980.

DUNCAN, N.; SHARP, J. P. Confronting representation(s). **Environmental and Planning D**, v.11, i.4, p.473-486, 1993.

EMEL, J.; WIBERT, C.; WOLCH, J. Animal Geographies. **Society & Animals**, v.10, n.4, p.1-6, 2002.

ENGELMANN, S. More-than-human affinitive listening. **Dialogues in Human Geography**, v.5, n.1, p.76-79, 2015.

FORSYTH, I. The More-Than-Human Geographies of Field Sciences. **Geography Compass**, v.7/8, p.527-539, 2013.

GAGLIANO, M. The mind of plants: Thinking the unthinkable. **Communicative & Integrative Biology**, v.10, n.2, Article: e1288333, p.1-4, 2017.

GIBBS, L. M. Water Places: Cultural, Social and the More-Than-Human Geographies of Nature. **Scottish Geographical Journal**, v.125, n.3-4, p.361-369, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GILROY, P. Race ends here. Abingdon, Oxford: **Ethnic and Racial Studies**, vol.XXXI, nº5, pp.838-847, 1998.

GRATALOUP, C. Os períodos do espaço. **Geographia**, v. VIII, n.16, p.31-40, 2006.

HART, J. F. Highest form of the Geographer's Art. **Annals of the Association of American Geographers**, v.72, n.1, p. 1-29, 1982.

HASSON, S. Frontier and periphery as symbolic landscapes. **Ecumene**, v.3, n.2, p.146-166, 1996.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Geographia**, v.14, n.28, p.8-39, 2012.

HAYWARD, P. Aquapelagos and Aquapelagic Assemblages. **Shima**, v.6, n.1, p.1-11, 2012.

HEATWOLE, C. A. The Bible Belt: A problem in regional definition. **Journal of Geography**, v.77, n.2, p.50-55, 1978.

HITCHINGS, R. People, plants and performance: on actor network theory and the material pleasures of the private garden. **Social & Cultural Geography**, v.4, n.1, p.99-114, 2003.

HITCHINGS, R. People can talk about their practices. **Area**, v.44, n.1, p.61-67, 2012.

HOMER-DIXON, T. F. On the threshold: environmental changes as cause of acute conflict. **International security**, v.16, n.2, 1991.

HOMER-DIXON, T. F. Environmental scarcities and violent conflict: Evidence from cases. **International security**, v.19, n.1, p.5-40, 1994.

HOWITT, R. Coexisting with fire? A Commentary on the scale Politics of Adaptation. **Geographical Research**, v.52, n.1, p.61-64, 2014.

INGOLD, T. The architect and the bee: Reflections on the work of animals and men. **Man**, new series, v.18, n.1, p.1-20, 1983.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

INGOLD, T. Epilogue: towards a politics of dwelling. **Conservation & Society**, v.3, n.2, p.501-508, 2005.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n.37, p.25-44, 2012.

ISAACS, J. R. More-than-human geographies. (in): RICHARDSON, Douglas et.al. **The International Encyclopedia of Geography**. John Wiley & Sons, 2020.

JAKLE, J. A. Space, and the Geographic Past: A Prospectus for Historical Geography. **The American Historical Review**, v.76, n.4, p.1084-1103, 1971.

JOHNSTON, T. Environmental Determinism. (in) Richardson, Douglas; *et al.* (eds). **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**, John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.

JONES, M. Phase Space: geography, relational thinking, and beyond. **Progress in Human Geography**, v.33, i.4, p.487-506, 2009.

KAY, J. Commentary on “The Social Origins of Environmental Determinism”. **Annals of the Association of American Geographers**, v.76, n.2, p.275-277, 1986.

KRAUSE, F.; STRANG, V. Thinking Relationships Through Water. **Society & Natural Resources**, v.29, n.6, p.633-638, 2016.

KERSTEN, E. W. Sauer and “Geographical Influences”. **Yearbook of the Association of Pacific Coast Geographers**, v.44, p.47-72, 1982.

LATOUR, B. **We have never been modern**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

LAW, J. What's wrong with a one-world world? **Distinktion: Journal of Social Theory**, v.16, n.1, p.126-139, 2015.

LORIMER, H. Cultural geography: the busyness of being “more-than-representational”. **Progress in Human Geography**, v.29, i.1, p.83-94, 2005.

LORIMER, J. Elephants as companion species: the lively biogeographies of Asian elephant conservation in Sri Lanka. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.35, n.4, p.491-506, 2010.

LORIMER, J. Multinatural geographies for the Anthropocene. **Progress in Human Geography**, v.36, i.5, p.593-612, 2012.

LOVELOCK, J. **A Vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

LOVELOCK, J. **Gaia: Alerta Final**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

- LOWENTHAL, D. The American Scene. **Geographical Review**, v.58, n.1, p.61-88, 1968.
- MACPHERSON, H. Non-Representational Approaches to Body-Landscape Relations. **Geography Compass**, v.4, n.1, p.1-13, 2010.
- MARDER, M. The place of plants: spatiality, movement, growth. **Performance Philosophy**, v.1, p.185-194, 2015.
- MARTIN, L.; SECOR, A. J. Towards a post-mathematical topology. **Progress in Human Geography**, v.38, i.3, p.420-438, 2014.
- MASSEY, D. Space-time, “science” and the relationship between physical geography and human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n.24, p.261-276, 1999.
- MATLESS, D. An occasion for geography: landscape, representation, and Foucault’s corpus. **Environmental and Planning D: Society and Space**, 1992, v.10, i.1, p.41-56, 1992.
- MINK, L. O. Interpretation and Narrative Understanding. **The Journal of Philosophy**, v.69, n.20, p.735-737, 1972.
- MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.
- MORE. **Mecanismo online para referências, versão 2.0**. Florianópolis: UFSC: Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em 19/10/2023.
- MÜLLER, M.; SCHURR, C. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.41, i.3, p.217-229, 2016.
- MURDOCH, J. Towards a geography of heterogeneous associations. **Progress in Human Geography**, v.21, i.3, p.321-337, 1997.
- NASSAUER, J. I. Culture and changing landscape structure. **Landscape Ecology**, v.10, n.4, p.229-237, 1995.
- NORTON, W. Humans, land, and landscape: a proposal for cultural geography. **The Canadian Geographer**, v.31, n.1, p.21-30, 1987.
- PAASI, A. Geography, space and the re-emergence of topological thinking. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.299-303, 2011.
- PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.
- PANELLI, R. More-than-human social geographies: posthuman and other possibilities. **Progress in Human Geography**, v.34, n.1, p.79-87, 2010.

PATCHETT, M. Tracking tigers: recovering the embodied practices of taxidermy. **Historical Geography**, v.36, p.17-39, 2008.

PHILLIPS, C.; ATCHISON, J. Seeing the trees for the (urban) forest: more-than-human geographies and urban greening. **Australian Geographer**, v.51, i.4, p.1-14, 2018.

PILE, S. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, v.35, n.1, p.5-20, 2010.

PITT, H. On showing and being shown plants – a guide to methods for more-than-human geography. **Area**, v.47, i.1, p.48-55, 2015.

RICKARDS, L. Goodbye Gondwana? Questioning disaster triage and fire resilience in Australia. **Australian Geographer**, v.47, n.2, p.127-137, 2016.

RIESTO, S. *et. al.* Plans for uncertain futures heritage and climate imaginaries in coastal climate adaptation. **International Journal of Heritage Studies**, p.1-18, 2021.

RUMING, K. Following the actors: mobilising an actor-network theory methodology in geography. **Australian Geographer**, v.40, n.4, p.451-469, 2009.

SAUER, C. O. Grassland, climax, fire and man. **Journal of Range Management**, v.3, n.1, p.16-21. 1950.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SEEMANN, J. O fim das representações na geografia cultural? (in): ROMANCINI, S. R.; ROSSETTO, O. C.; DALLA NORA, G. (Orgs.). **As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.

SILVA, L. L. S. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020a.

SILVA, L. L. S. A encruzilhada da abordagem cultural na geografia. **Caderno de Geografia**, v.30, n.63, 1132-1153, 2020b.

SILVA, L. L. S. Expressões militantes da paisagem. **Revista Percursos**, v.12, n.2, p.109-131, 2020c.

SILVA, L. L. S. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **Geographia**, v.23, n.50, p.1-13, 2021.

SILVA, L. L. S. O monumento e suas batalhas simbólicas. **Revista Elisée**, v.11, n.1, e111225, 2022.

SILVA, L. L. S; COSTA, A. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v.16, n.1, p.27-41, 2018.

SILVA, L. L. S; COSTA, A. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, v.21, n.73, p.445-457, 2020a.

SILVA, L. L. S; COSTA, A. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: Espaço e Tempo**, v.24, n.3, p.533-546, 2020b.

SILVA, L. L. S; COSTA, A. As identidades como uma quimera de lugares. **Revista da Anpege**, v.17, n.34, p.50-54, 2022a.

SILVA, L. L. S; COSTA, A. A presença da ausência: um paradoxo geográfico. **Geosp: Espaço e Tempo**, v.26, n.2, p.1-21, e-195614, 2022b.

SILVA, L. L. S; COSTA, A. Reflexões sobre a geografia do afeto: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, v.42, e190818, p.1-15, 2022c.

SILVA, L. L. S; COSTA, A.; SILVA, L. S. R. Geografia-Pastiche. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, n.26, e22, 2022.

SIMPSON, P. Nonrepresentational theory. (in): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-4, 2017.

SPENCER, T.; WHATMORE, S. Editorial: Bio-Geographies: Putting life back into the discipline. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.26, n.2, p.139-141, 2001.

SUGDEN, D. E. The East Antarctic Ice Sheet: Unstable Ice or Unstable ideas? **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, n.3, p.443-454, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THRIFT, N. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, 2000.

THRIFT, N. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008.

TSING, A. L. O Antropoceno mais que humano. **Ilha – revista de Antropologia**, v.23, n.1, p.176-191, 2021.

UJVARI, S. C. **A história da humanidade contada pelos vírus**. São Paulo: Contexto, 2012.

VILLIERS, M. **Água**: como o uso deste valioso recurso natural poderá acarretar a mais séria crise do século XXI. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

WATERTON, E.; SMITH, L. The recognition and misrecognition of community heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v.16, n.1-2, p.4-15, 2010.

WATERTON, E. More-than-representational landscapes. (in): HOWARD, P. et. al. (eds). **The Routledge Companion to Landscape Studies**. London: Routledge, p.91-101, 2019.

WATSON, J. W. Forest or bog: man the deciding factor. **Scottish Geographical Magazine**, v.55, n.3, p.148-161, 1939.

WHITE, H. The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory. **History and Theory**, v.23, n.1, p.1-33, 1984.

WHITE, H. Historiography and Historiophoty. **The American Historical Review**, v.93, n.5, p.1193-1199, 1988.

WHITE, R. From Wilderness to Hybrid Landscapes: The Cultural Turn in Environmental History. **The Historian**, v.66, n.3, p.557-564, 2004.

WILCOCK, A. A. Region and Period. **Australian Geographer**, v.6, n.3, p.39-40, 1954.

WISHART, D. Period and region. **Progress in Human Geography**, v.28, n.3, p.305-319, 2004.

WOLCH, J. Green Urban Worlds. **Annals of the Association of American Geographers**, v.97, n.2, p.373-384, 2007.

ZARA, C. Venice in Vanarasi: Fluid landscapes, aesthetic encounters and the unexpected geographies of tourist representation. **Shima**, v.15, n.1, p.225-255, 2021.



Informações sobre a Licença

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

License Information

This is an open access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which allows for unrestricted use, distribution and reproduction in any medium, as long as the original work is properly cited.